

Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial

Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi
(UNESP/FAPESP)

Resumo

E

ste trabalho focaliza o processo histórico de constituição de três perífrases conjuncionais de base adverbial - *ainda que*, *logo que* e *já que* - com o propósito de analisar as trajetórias das mudanças de significado e de apreender os contextos que teriam favorecido essas mudanças.

Palavras-chave: Gramaticalização; Perífrase conjuncional; História; (Inter)subjativização

Introdução

A Gramaticalização é um fenômeno tradicionalmente explicado como um tipo particular de mudança lingüística em que, por meio de um conjunto de alterações principalmente de ordem sintático-semântica, itens lexicais plenos passam a funcionar como expressões que sinalizam relações gramaticais específicas. Trata-se, em

outras palavras, de uma das formas pelas quais a gramática de uma língua é constantemente moldada. Dos muitos fenômenos investigados sob rótulo de gramaticalização, a trajetória que leva à formação de conjunções evidencia particularmente esse permanente constituir-se da linguagem.

A literatura sobre gramaticalização de conjunções privilegia o tratamento das mudanças de significado, sustentando que há uma tendência geral, segundo a qual o desenvolvimento do item conjuncional segue uma trajetória de pragmatização crescente do significado. Conforme a orientação de TRAUGOTT e KÖNIG (1991), HEINE *et al.* (1991), HOPPER e TRAUGOTT (1993) e TRAUGOTT (1999), essa tendência prevê que as mudanças de significado que acompanham a gramaticalização de conjunções partem dos significados referenciais, próximos da experiência física dos falantes, passam pelos significados relacionados à construção textual e atingem finalmente os significados centrados na atitude subjetiva dos falantes. Reconhecer essa tendência implica admitir, em certo sentido, a unidirecionalidade da mudança, questão que tem sido objeto de intenso debate (CAMPBELL e JANDA, 2001; HASPELMATH, 2002).

Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é investigar mudanças do tipo “advérbio + que”, que levam à produção de perífrases conjuncionais. Para tanto, focalizo o processo histórico de constituição de três perífrases de base adverbial - *ainda que*, *logo que* e *já que* - com o propósito de analisar as trajetórias das mudanças de significado e de apreender os contextos que teriam favorecido essas mudanças. Toda a exposição está dividida em quatro partes. Na primeira, recupero um pouco da história das conjunções. Na segunda, discuto questões teóricas sobre gramaticalização de conjunções, com ênfase nos modelos que explicam as alterações semântico-pragmáticas e, na terceira, apresento algumas considerações sobre o processo de constituição das perífrases.

1 O sistema conjuncional do português

1.1 Um pouco de história

No *Le renouvellement de conjonctions*, MEILLET (1948 [1912]) aborda a emergência de conjunções e mostra que, na história das línguas, essa classe de palavras esteve sujeita à constante renovação e até mesmo ao desaparecimento. Segundo ele, o procedimento mais comum de renovação de conjunções consiste em aproveitar formas do repertório da língua e atribuir a elas a função de conjunção, como ocorreu, por exemplo, com o advérbio comparativo *magis*, do latim, que deu origem à conjunção adversativa *mas*, do português. MEILLET acreditava que “les origines des conjonctions sont d’une diversité infinie (...). Il n’y a pas d’espèce de mot qui ne puisse livrer des conjonctions” (1948:169). Décadas antes, o neogramático H. PAUL (1886) já sugeria que as conjunções (“palavras de ligação”, em sua terminologia) nascem a partir de mudanças sofridas por palavras autônomas. Para ele, as conjunções derivam de advérbios conjuncionais ou de formas isoladas de pronomes conjuncionais, que estão eventualmente ligadas a outras palavras. Trata-se,

segundo ele, de itens que já serviam para ligar orações antes de se transformarem em conjunções puras.

As colocações de MEILLET e de PAUL ajudam a explicar o percurso histórico que originou o quadro de conjunções do português. É sabido que, no latim clássico, a subordinação de orações era um mecanismo bastante desenvolvido que contava com um elenco considerável de conjunções. A preferência pela subordinação e a riqueza de conjunções se deviam, em grande parte, à tradição literária da época, que buscava a expressão artística e, para isso, lançava mão de períodos complexos. Nesse sistema conjuncional, a depender do contexto, uma mesma conjunção podia estabelecer diferentes relações como, por exemplo, a conjunção *ut*, que além de completiva, funcionava como subordinativa de finalidade, conseqüência, tempo e comparação. Além disso, era comum que uma mesma relação semântica fosse expressa por um leque de conjunções (quase) equivalentes, como acontecia com as adversativas latinas *at, sed, uerum, uero, quin, autem, tamen, nihilominus* e *quiden*, que serviam para exprimir nuances variadas de oposição (ERNOUT e THOMAS, 1972).

O fato é que do extenso conjunto de conjunções da língua clássica, poucas foram empregadas na variedade vulgar do latim, a base das línguas românicas. A língua vulgar criou algumas conjunções e passou a usar com freqüência a partícula *quod* (e as concorrentes *quid* e *quia*), para assinalar as diversas formas de subordinação, tornando-se, assim, a conjunção subordinativa por excelência. Paralelamente, *quod* começou a integrar a parte final de perífrases conjuncionais formadas a partir de bases preposicionais ou adverbiais (MAURER, 1959).

1.2 As estratégias de “reposição” do português

Os historiadores da língua portuguesa (BUENO, 1967; CÂMARA, 1975; COUTINHO, 1976; SAID ALI, 1964) são unânimes em afirmar que a formação do sistema conjuncional do português foi caracterizada pelo abandono de grande parte das conjunções latinas, das quais permaneceram apenas *e* (*et*), *ou* (*aut*), *nem* (*nec*), *quando*, *se* (*si*), *como* e *que*¹. Os autores concordam também que a necessidade de novas conjunções fez com que a língua recorresse a duas estratégias de “reposição” de conjunções, que já haviam sido reconhecidas há tempos e que têm em comum o fato de reutilizar material da própria língua. Essas estratégias, como se verá, reúnem fenômenos que, na literatura especializada, são entendidos como casos de gramaticalização.

Uma dessas estratégias de reposição consiste em tomar palavras de diferentes classes e transformá-las em conjunções. Como produto dessa estratégia temos, em português, as conjunções *pois, embora, porém*, cujas etimologias podem ser conferidas em SAID ALI (1964) e CÂMARA (1975). Já a segunda estratégia consiste em combinar a partícula *que* com palavras de diferentes categorias, para a formação de perífrases conjuncionais. Em português, temos as combinações de advérbio + *que* (*já que, logo que, ainda que*), preposição + *que* (*desde que, até que*), participio + *que* (*dado que, posto que, visto que*), preposição + nome + *que* (*de modo que, a fim de que*), dentre outras. Essa estratégia de produção de perífrases, que constitui o foco deste trabalho, continua ainda hoje muito produtiva, como mostrei em trabalhos anteriores (LONGHIN-

THOMAZI, 2003, 2004), a respeito do processo de gramaticalização da perífrase adversativa *só que*, que exemplifico em (01):

- (01) F: [É do mesmo jeito] (hes) Não, com <re->-é com requeijão, é. É o estrogonofe – do mesmo jeito que faz o (est) estrogonofe. **Só que** em vez de você colocar o creme de leite, você coloca o requeijão. (Amostra Censo-RJ-E29)

Nos referidos trabalhos, a partir de uma análise detalhada, argumentei que *só que* é um item conjuncional de natureza coordenativa que une um enunciado autônomo a uma circunstância nova, estabelecendo entre eles um sentido básico, fortemente pragmático, que é produto do cancelamento de uma pressuposição comum aos participantes na interação comunicativa.

1.3 As perífrases conjuncionais

A respeito da constituição histórica de perífrases, SAID ALI (1964:222) levanta a seguinte hipótese, que é sustentada por BARRETO (1999), quando da análise de inúmeras conjunções perifrásticas.

“O processo criador de novas conjunções ou locuções conjuncionais revela-se fecundo nas combinações de advérbios e dizeres de caráter adverbial com a partícula *que*: *a fim de que*, *contanto que*, *antes que*, *depois que*, etc. Nestas, como em outras locuções conjuncionais, o elemento advérbio nada mais é que um vocábulo deslocado de uma oração para outra. Devia modificar a um verbo, mas desvia-se dele, imigra da respectiva oração, atraído por uma partícula, à qual se une, resultando desta liga uma conjunção de nova espécie”. (grifo meu)

Nesse contexto de criação de perífrases, é preciso ter em conta que nem todas são criações vernáculas, algumas delas já eram empregadas em latim e foram assimiladas pelo português, como é o caso de *antes que*. Segundo MAGNE (1952:311-12), *antes* tem origem no latino *ante*, que era empregado como advérbio e preposição, para indicar prioridade no espaço ou no tempo: “em frente de”, “diante”, “antes”, “anteriormente”, “primeiro”. ERNOUT e MEILLET (1951:64) e ERNOUT e THOMAS (1972:367), por sua vez, argumentam que *ante quam* e *prius quam* são duas das conjunções temporais disponíveis em latim para sinalizar anterioridade temporal. No entanto, destacam os autores, em razão da estrutura – *quam* é complemento de comparativo – elas também eram usadas para sinalizar comparação. Para eles, *prius quam*, que foi privilegiada pelos puristas, é mais antiga, e *ante quam* foi criada por analogia à primeira.

Na consulta a fontes do português arcaico, encontrei ocorrências de *ante que*, que estabeleciam um sentido explícito de anterioridade temporal e permitiam inferência de intenção ou predição a respeito de ações ou acontecimentos futuros, conforme exemplo (02):

- (02) (...) e por êsto vos rogo **ante que** mal venha ende (13DSG, p. 9)
[e por isso vos rogo antes que mal venha daí]

Além disso, nas mesmas fontes, há ocorrências da correlação conjuntiva *ante...ca* (ou *ante...que*), que estabelece uma relação de comparação, na qual explicita uma preferência, preservando ainda a noção de prioridade tempo-espacial ("o que vem na frente ou primeiro é preferível"), conforme exemplo (03):

- (03) - Si Deus me ajude, disse Meraugis, nom é bem o que dizedes, ca, assi me valha Deus, que **ante** eu quer[r]ia ora morrer cõ vosco **ca** me ir sem vós daqui vivo e saão. (13DSG, p. 20) [antes eu queria morrer agora convosco do que sair daqui vivo e são e sem vós]

Esses dados sugerem que a forma latina *ante quam*, que carregava traços relativos a espaço, tempo e comparação, passou para o português, dando origem a duas construções diferentes: a construção contínua *ante que* ficou restrita à marcação temporal, ao passo que a descontínua *ante...que/ca* se especializou em marcar comparação. Por outro lado, as perífrases *logo que*, *já que* e *ainda que*, que serão examinadas neste trabalho, são, segundo as fontes examinadas, criações da própria língua portuguesa.

2 Gramaticalização de Conjunções

Desde o trabalho pioneiro de MEILLET (1912), em que a gramaticalização foi definida como um processo essencialmente unidirecional e histórico, no qual os elementos do léxico "migram" eventualmente para a gramática, era amplamente aceita a hipótese da perda de traços semânticos, que ficou conhecida como *semantic bleaching*. Tempos depois, vários pesquisadores, de alguma forma, ainda alimentaram a noção de perda. HEINE e REH (1984), por exemplo, afirmaram, a partir da análise de um conjunto de línguas africanas, que quanto mais uma unidade lingüística sofre gramaticalização, mais ela perde em complexidade semântica e valor expressivo. LEHMANN (1982), por sua vez, associou gramaticalização à perda de integridade do item.

Contudo, na literatura recente, os gramaticalizadores (HEINE *et al.*, 1991; SWEETSER, 1991; HOPPER e TRAUGOTT, 1993; BYBEE *et al.*, 1994, entre outros) vêm abandonando a noção de *bleaching* em favor da elaboração de modelos capazes de descrever as transformações semânticas que acompanham a gramaticalização. Há um consenso de que tais transformações são conduzidas por dois mecanismos diferentes, mas complementares. Um deles é a transferência metafórica, que consiste na projeção, em passos discretos, de significados de um domínio cognitivo mais concreto para um domínio mais abstrato, e o outro é a transferência metonímica, que consiste na transição gradual e contínua de um significado A para um significado B, por meio da reinterpretação contextual.

2.1 O modelo de HEINE e colaboradores (1991)

HEINE *et al.* (1991:28) defendem que há um princípio responsável pela criação de formas gramaticais e que este se traduz na exploração de meios

antigos para novas funções: "By means of this principle, concrete concepts are employed in order to understand, explain, or describe less concrete phenomena. In this way, clearly delineated and/or clearly structured entities are recruited to conceptualize less clearly delineated or structured entities, and nonphysical experience is understood in terms of physical experience, time in terms of space, cause in terms of time, or abstract relations in terms of physical processes or spatial relations".

Para descrever a transição de estruturas fonte para categorias gramaticais, os autores propõem uma hierarquia de gramaticalização, em que lançam mão de um número de categorias cognitivas, que organizam da seguinte forma: PESSOA > OBJETO > ATIVIDADE > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE. Cada categoria, que inclui uma variedade de conceitos, representa um domínio de conceituação relevante para a experiência humana. A relação entre as categorias é de natureza metafórica, no sentido de que qualquer categoria pode ser usada para conceituar outra categoria, contanto que esta esteja à sua direita. Desse modo, OBJETO pode ser usado para conceituar ESPAÇO, ESPAÇO pode ser usado para conceituar TEMPO, e assim por diante. A organização das categorias tem uma direcionalidade característica, que pode ser definida em termos de "abstração metafórica", na qual uma dada categoria é mais abstrata do que outra categoria que está à sua esquerda, e menos abstrata do que qualquer categoria à sua direita.

Se, por um lado, as projeções metafóricas apresentam a vantagem de prever a direção dos processos de gramaticalização, por outro, sugerem que a emergência de uma categoria implica a substituição da anterior, ignorando possíveis estágios de sobreposição, em que as categorias poderiam coexistir. Por isso, os autores salientam a importância da manipulação do contexto, que acentua a natureza contínua da transição entre significados. Segundo eles, uma palavra ou construção, além do sentido A, pode permitir a inferência de um sentido B, em função da contigüidade contextual. Se, com o tempo, o sentido B se torna parte da palavra, podemos dizer que houve uma convencionalização de inferências, em que o que antes era apenas inferido passa a ser codificado.

2.2 O modelo de TRAUGOTT (1982, 1999) e TRAUGOTT e KÖNIG (1991)

TRAUGOTT (1982) propõe tendências gerais que explicariam a direção das mudanças semântico-pragmáticas implicadas na gramaticalização. Para tanto, lança mão de um modelo semântico-funcional de linguagem, que prevê os seguintes componentes: (a) *proposicional*, que inclui elementos que permitem falar do mundo extralingüístico; (b) *textual*, que inclui elementos que permitem elaborar um discurso coeso; e, (c) *expressivo*, que inclui elementos que exprimem atitudes pessoais com relação ao assunto do discurso ou com relação a outros participantes.

Com base nessa classificação, TRAUGOTT sugere que as mudanças de significado nos processos de gramaticalização tendem a respeitar a hierarquia: PROPOSICIONAL > TEXTUAL > EXPRESSIVO. Como exemplo, ela cita o desenvolvimento histórico de *while*, do inglês, em que a expressão nominal/adverbial *pa hwile pe* evolui para *while* conectivo temporal e, mais tarde, *while* passa a funcionar como conectivo concessivo, combinando os fatores coesão e atitude subjetiva.

Já em TRAUGOTT e KÖNIG (1991), essa hierarquia recebe uma formulação parcialmente diferente. Os autores assumem que a mudança tende a partir de significados identificáveis nas situações extralingüísticas, passar por significados fundados na marcação textual, e seguir para significados fundados na atitude ou crença do falante. Em trabalho mais recente, TRAUGOTT (1999) entende que essas tendências estão inscritas em processos mais globais de subjetivação e intersubjetivação. A subjetivação, segundo ela, diz respeito ao processo pelo qual os falantes da língua, ao longo do tempo, desenvolvem significados novos para lexemas já existentes, com o propósito de codificar atitudes baseadas no mundo comunicativo do evento do ato de fala, e não em aspectos do evento ou situação referente ao “mundo real”. Já a intersubjetivação, por sua vez, diz respeito ao processo pelo qual os significados, com o tempo, passam a codificar a atenção do falante com relação às atitudes do ouvinte.

3 Processo histórico de constituição das perífrases

Nesta seção, discuto os processos diacrônicos que levaram à formação de três perífrases que têm em comum uma base adverbial temporal: *ainda que*, *logo que* e *já que*. Para cada perífrase, dedico uma subseção que, por sua vez, é dividida em duas outras partes: a primeira traz uma descrição funcional da perífrase e a segunda, o estudo histórico propriamente dito, que privilegiará sobretudo os usos adverbiais, na expectativa de apreender possíveis relações de derivação. Como *corpus* para as análises diacrônicas, optei por uma seleção de trechos dos seguintes textos:

Séc. XIII: A demanda do Santo Graal (13DSG); Foro Real de Afonso X (13FR); Testamento de D. Afonso II (13TDA); Notícia do Torto (13NT); Inquirições de Afonso III (13IA). **Séc. IV:** Crónica Geral de Espanha de 1344 (14CGE); Orto do Esposo (14OE); Primeyra Partida (14PP); Bíblia Medieval Portuguesa (14BMP); **Séc. XV:** Boosco Deleitoso (15BD); Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram (15LO); Crónica D. Fernando (15CDF); Crónica D. Pedro I (15CDP); Leal Conselheiro (15LC); **Séc. XVI:** Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia (16CSD); Historia da prouincia de Sácta Cruz (16HSC); Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel (16CDM); Os Sete Únicos Documentos de 1500 (16OSD); Desengano de Perdidos (16DP); **Séc. XVII:** Jornada dos Vassalos da Coroa de Portvgal (17JV); Peregrinaçam (17P); Chronica Del Rey D. Ioam I (17CDJ); Sermão da Sexagésima (17SS); Corte na Aldeia e Noites de Inverno (17CA); **Séc. XVIII:** A Ordem da Salvação ou A Doutrina Christã (18OS); Necessario Aviso acerca da Igreja e Doutrina dos Papas em Roma (18NA); Reflexoens sobre a questã entre os Estados Unidos e a França (18REF); Do Uso, e Abuso das minhas Agoas de Inglaterra (18UA); Theorica verdadeira das Mares (18TM); **Séc. XIX:** Viagens ao Interior do Brasil (19VIB); Carta de Guia para Eleitores (19CGE); Falla do Presidente da Província do Rio de Janeiro (19FPE); Mensagem dirigida ao Congresso Nacional (19MMD). **Séc. XX:** O Porvir (20OP); O Poder Moderador (20OPM); Mensagem apresentada ao Congresso Nacional (20DPI); Epistolário (20EMP). As siglas entre parênteses remetem, respectivamente, ao século e ao título do texto.

3.1 A perífrase *ainda que*

3.1.1 Funcionamento

As construções concessivas, de que (O4) é exemplo, são tradicionalmente explicadas em termos da articulação entre uma oração núcleo e uma oração subordinada concessiva. Dessa articulação resulta um sentido de contraste, que é produto de uma quebra de expectativa relativa ao conteúdo do que está sendo dito ou relativa ao próprio processo comunicativo, que inclui os participantes (NEVES, 2000).

(O4) Suas colaborações faziam as delícias dos leitores, **ainda que** produzidas com desinteresse.

A ordem das subordinadas concessivas é variável e está correlacionada a diferentes efeitos de sentido. Nas concessivas pospostas do tipo "A, *ainda que* B", o falante faz uma asserção e depois se volta para aquilo que acabou de dizer, avaliando as objeções, para então utilizá-las, enquanto ressalva, para a defesa de seu ponto de vista. Por outro lado, nas concessivas antepostas do tipo "*ainda que* B, A", o falante primeiramente refuta uma possível objeção do parceiro, para depois fazer a asserção.

Do ponto de vista lógico-semântico, uma concessiva sinaliza que, apesar do fato ou evento expresso em B ser causa/condição suficiente para a não realização do fato ou evento expresso em A, A se realiza. Desta forma, fica evidente a correlação entre concessão e a frustração de uma implicação causal ou condicional. Do ponto de vista argumentativo, a relação de concessão é construída a partir da consolidação de duas etapas. Primeiramente o falante levanta uma objeção que pressupõe ser do ouvinte (na verdade, é a hipótese de uma objeção) e então refuta essa objeção, fazendo prevalecer a informação contida na oração principal. Desse modo, para a construção da concessiva é imprescindível a consideração da relação falante-ouvinte, bem como do conhecimento partilhado entre eles. É nesse sentido que podemos afirmar que as concessivas, assim como as adversativas, têm uma natureza essencialmente polifônica².

3.1.2 A história de *ainda que*

A etimologia de *ainda* é discutível (BUENO, 1968; VASCONCELLOS, 1959; ERNOUT e MEILLET, 1951; MAGNE, 1944). Entre as explicações mais plausíveis está aquela que o considera produto da combinação de vocábulos latinos: *ad + inde > ainde > ainda*, em que *inde* sinalizava um ponto de partida no espaço ("de lá", "daquele lugar") e também no tempo ("a partir daí", "a partir desse momento"). Há indícios de que o advérbio espaço-temporal latino *inde* tenha seguido duas trajetórias distintas de mudança. Da acepção temporal, que até hoje não foi explicada satisfatoriamente, resultou o advérbio temporal *ainda*, enquanto da acepção espacial resultou *ende*, que, segundo MAGNE (1944:183), era um dêitico anafórico de lugar "daí", "daqui".

Nos dados do século XIII, identifiquei vários usos do advérbio *aynda*, que podem ser reunidos em dois grupos: temporais e argumentativos. Quanto aos temporais, *aynda* era empregado para marcar tempo continuativo e tempo futuro, conforme os exemplos:

- (05) - Porquê? disse el; fez-vos algu? mal?
 ● Mui grande; derribou-me tam bravamente que **aynda** me dol.
 (13DSG, p. 45)
- (06) Ai donzela, alevosa e traedor, em maau-ponto foi esta promessa outorgada, ca eu seerei mais escarnecido que nunca foi cavaleiro; e tu nom gaanharás i rem; ca, se Deus quiser, **aynda** porém morrerás de maa morte. (13DSG, p. 27)

Enquanto marcador de tempo continuativo, o advérbio *aynda* acrescenta uma noção de persistência de um estado ou manutenção de um processo já em curso, podendo ser parafraseado por “até o momento” e “até então”. Desse modo, no exemplo (05), afirmar que “derrubou-me tão duramente que até agora me dói” implica dizer que a dor começou num tempo passado e perdura no presente. Já como indicador de futuro, *aynda* remete a algum fato que pode acontecer num tempo posterior, podendo ser parafraseado por “algum dia”, “em algum momento”, como no exemplo (06) acima, em que o locutor expressa o desejo de que “se Deus quiser, um dia a donzela terá uma má morte”.

Da perspectiva argumentativa, identifiquei três diferentes usos adverbiais de *aynda*: inclusão, intensificação e concessão. Entendo por “argumentativa” a propriedade que certos itens têm de traduzir intenções do falante acerca do que quer transmitir para seu(s) interlocutor(es). Como marcador de inclusão, conforme exemplo (07), *aynda* funciona como um articulador textual, que soma argumentos favoráveis à mesma conclusão. Nesse caso, *aynda* faz remissão à informação precedente e, ao mesmo tempo, serve de gancho para o acréscimo de informação nova. Aceita paráfrase por meio de “também” e “além disso”.

- (07) E mão que, quen quer que teñia meu tesouro os meus tesouros a dia de mia morte, que os de a departir aquestes dous arcebispos e aquestes cinque bispos, assi como suso é nomeado. E mão **aynda** que, se s’asunar todos nõ poderem ou nõ quiser? ou discordia for outr’aquestes, a que eu mão departir aquestas dezimas suso nomeadas... Mão **aynda** que a raina e meu filio ou mia filia que no meu logar ouer a reinar se a mia morte ouer...(13TDA, p. 398)

Há, contudo, casos em que a inclusão não é neutra, mas *aynda* traz um argumento que é decisivo para a uma dada conclusão, criando-se, assim, uma escala, em que os argumentos são mais e menos decisivos. Em geral, nesses casos, *aynda* permite inferência de concessão. É o que acontece no exemplo (08), em que, ao adicionar informação, *aynda* introduz dados que não deveriam ser contemplados naquele contexto e que, no entanto, são.

- (08) E disse Jacob a seus filhos: vós me fezestes orfom de filhos, ca Josef he morto, Simeon fica alá preso eno Egito, e **aynda** avedes de levar Benjamym? (14BMP, p. 68) [E Jacob disse a seus filhos: vocês me fizeram órfão de filhos, pois Josef está morto, Simeon está preso no Egito, e ainda por cima quer levar Benjamim?]

Por outro lado, como intensificador, conforme (09), *aynda* tem a propriedade de enfatizar uma idéia expressa por um advérbio ou partícula de natureza adverbial sobre o qual incide, tal como em “de que se ajuda ainda mais toda a igreja”.

- (09) ...falla das primícias e das offerendas de que sse auidã muyto os clerigos, conu? de dizer em este dos dezemos, que é uma cousa apartada, de que sse ajuda **aynda** mays toda a igreia, ta b? os prellados mayores como os outros clerigos...(13LA, p. 7)

Como marcador de concessão, de que (10) é o único exemplo encontrado, *aynda* pode ser parafraseado por “mesmo” e “até mesmo”. A baixa freqüência desse uso pode se dever ao fato de que o português arcaico dispunha de outros recursos para marcar concessão como, por exemplo, as perífrases *marcar que*, *non embargando que*, *não embargante que*, *em que*, *como quer que* e *pero que* (SILVA, 2001:118).

- (10) - Senhor cavaleiro, vós estades a pee e eu a cavalo, e **aynda** com tal andança queredes a batalha? (13DSG, p. 39)

Em (10), a andança do cavaleiro seria condição suficiente para fazê-lo desistir da batalha. Contudo, apesar do provável cansaço, o cavaleiro quer a batalha. Dessa forma, parece que esse uso de *aynda* é favorecido pela coexistência de fatos ou situações de algum modo incompatíveis, o que faz com que a relação de concessão se realize em duas etapas: a princípio o locutor levanta uma objeção (*aynda com tal andança*), que direciona para uma conclusão, mas logo a descarta (*queredes a batalha*).

Só nos dados do século XIV é que encontrei a primeira ocorrência da perífrase concessiva *ainda que*, exemplificada em (11). Trata-se de uma construção em que a partícula *que* e o modo subjuntivo são índices suficientes para garantir a leitura de concessão, mesmo que *ainda* estivesse ausente. Ou seja, nesse caso, parece que *aynda* é um mero intensificador da concessiva “que fôssemos de ferro”.

- (11) Senhor, muyto somos maravilhados de nō seerdes nembrado que somos home?s de carne e de quanto affam a trabalho avemos levado; ca, **ainda que** fossemos de ferro, bem deveríamos seer cansados. (14CGE, p. 338) [ainda que fôssemos de ferro, deveríamos estar cansados]

Em (11), o fato irreal de sermos de ferro sugere que nunca estaríamos cansados, porém dado o volume de trabalho, o indivíduo afirma que mesmo

se a possibilidade fosse real, ela não seria suficiente para impedir o cansaço. Sendo assim, o contexto que propicia a emergência da perífrase concessiva é aquele em que a concomitância ou a simultaneidade de dois eventos, fatos ou situações gera algum estranhamento. Ou seja, quando há co-ocorrência de coisas incompatíveis de um determinado ponto de vista, e essa incompatibilidade é ressaltada por *ainda*.

Esse exemplo corrobora a tese de ALI (1964:222) a respeito da formação das concessivas *ainda que* e *ainda quando*. Segundo o autor:

"as partículas *que* e *quando* de per si bastam para denotar concessão, uma vez que o verbo esteja no modo conjuntivo. Segundo esta primeira fase estão redigidos os exemplos: *eu por huma parte hey dó deste coitado, que não seja mais que pelo pão que lhe como* (ANTONIO FERREIRA, Bristo 2, 396); e *quando de seu cuidado e trabalho colham algum fruto, esse quando menos ficará onde nasceo* (VIEIRA, Serm.S., 356). Na segunda fase, insere-se na oração principal enfaticamente o advérbio *ainda*. Deste tipo é: *E quando a fortuna tanto mal me fizesse, ainda prestarei pêra chocarreiro de hum príncipe, que he o melhor officio que se agora usa* (ANTONIO FERREIRA). Exemplo da última fase, em que o advérbio se transfere para a oração subordinada: *Toda a vida de Xavier era huma perpetua oração e contemplação ainda quando parecia mais divertido*. (VIEIRA, Serm.8, 320).

Nos dados do século XV, a perífrase *ainda que* é bastante freqüente, ora levantando objeções, ora introduzindo ressalvas, conforme os exemplos (12) e (13). Nesses casos, *ainda* não é mais um mero intensificador, mas é um elemento da construção concessiva *ainda que*.

- (12) Podê-lo-es, se vos praz, chamar "leal conselheiro", porque, **ainda que** me nom atreva certificar que dá em todo boos conselhos, sei que lealmente he todo scripto, quanto meu pequeno saber (15LC, p. 33-4) [ainda que não me atreva a certificar que dá bons conselhos, sei que lealmente está todo escrito]
- (13) (...) ca el estomçe parecia Rei amtre todollos homeens, **ainda que** conhecido nom fosse (15CDF, p. 123) [pois ele parecia rei entre todos os homens, ainda que não fosse conhecido]

A reconstrução histórica dos usos de *ainda* corrobora a teoria da mudança semântica proposta por TRAUOGOTT e colaboradores, uma vez que sugere que as mudanças experimentadas pelo item seguiram uma pragmatização crescente de significado, em que verificamos os empregos de advérbio temporal, articulador textual, intensificador e conjunção concessiva. Em seu uso temporal, provável herança da fonte latina, *ainda* sinaliza duas circunstâncias de tempo: continuidade e futuro. Enquanto operador de inclusão e intensificador, *ainda* ajuda a construir o discurso, estabelecendo relações de sentido, ligando partes do texto ou ainda enfatizando porções do conteúdo. Esses dois usos argumentativos representam uma etapa de subjetivização, nos termos de TRAUOGOTT, visto que há codificação de expectativas do locutor. Já o terceiro

uso argumentativo, aquele da perífrase concessiva *ainda que*, representa uma etapa de intersubjetivização, pois o sentido de concessão se sustenta numa relação dialógica, que envolve um jogo de avaliações de expectativas entre, no mínimo, dois participantes.

3.2 A perífrase *logo que*

3.2.1 Funcionamento

A perífrase subordinativa *logo que*, exemplificada em (14), tem a propriedade de sinalizar sucessão temporal imediata entre dois fatos. Mais particularmente, *logo que* produz períodos complexos quando atua sobre duas orações que trazem fatos ocorridos em uma ordem temporal. A posição das orações é variável e está correlacionada a diferentes efeitos de sentido, como se verá a seguir.

(14) Fui visitá-lo, **logo que** soube do acidente

3.2.2 A história de *logo que*

Os dicionários etimológicos (FERREIRA, 1983; CUNHA, 1986) indicam que o advérbio de tempo *logo* do português arcaico é proveniente do item latino *locus-i*, que era empregado em sentido espacial ("lugar", "local", "região", "país", "morada"), em sentido temporal ("época", "ocasião", "situação"), e ainda em sentidos diversos, tais como "situação social", "emprego", "ponto", "questão", "matéria", "assunto", "capítulo". As fontes históricas investigadas sugerem que no português arcaico parece ter havido um afunilamento na semântica do item. Por exemplo, nas ocorrências relativas ao século XIII, verifiquei a coexistência do substantivo e do advérbio *logo*, itens que sinalizam, respectivamente, sucessão espacial e sucessão temporal. Restrinjo-me à discussão do advérbio.

Enquanto advérbio temporal, *logo* localiza um momento ou período posterior bem próximo ao presente: "em breve", "em seguida". Essa relação de posterioridade estabelecida por *logo* está sempre ancorada no real, seja na situação comunicativa, o que lhe confere valor dêitico, seja no próprio texto, o que lhe confere o valor fórico. Em (15), *logo* indica uma relação de posterioridade, que está ancorada na situação externa e que pode alternativamente ser entendida como particularizada pelo imediatismo da relação. Por outro lado, em (16) e (17), *logo* sinaliza uma sucessão temporal, em que um evento se realiza após outro, recuperável no co-texto precedente. Para tanto, *logo* retoma anaforicamente o evento anterior: "assim que viu Galvam Erec logo (que viu) o reconheceu".

(15) E Galvam filhou **logo** o escudo e depois deitou-o ao colo (13DSG, p.8) [Galvam tomou logo o escudo e depois colocou-o no colo]

(16) Tanto que viu Galvam Erec **logo** o conheceu (13DSG, p.65) [Assim que viu Galvam Erec logo o reconheceu]

- (17) E tam taste que se virom conhecerom-se **logo** e abraçaram-se e foram mui leedos sigo (13DSG, p119) [E tão logo se viram, logo reconheceram-se e abraçaram-se...]

A perífrase *logo que* aparece nos dados do século XIII, mas tem frequência baixa, provavelmente por causa da existência dos sinônimos *taste que* e *tanto que*. O último foi empregado para marcar sucessão imediata até por volta do século XVIII, momento em que passou a assumir o sentido de quantidade ou intensidade. Como em latim a sucessão temporal era indicada por *ubi, ut, quando, simul atque* ou *simul ac* (ERNOUÏT e THOMAS, 1972:360), tudo indica que *logo que* seja realmente uma construção vernácula. O exemplo (18) abaixo, no qual *logo* e *que*, apesar de próximos, pertencem a orações distintas, traz alguma luz sobre o contexto que teria favorecido a emergência da perífrase e, ao mesmo tempo, reforça a hipótese de ALI, mencionada em 1.3:

- (18) O donzel era mui coitado e disse:
- Ora me leva a salvo, e eu e prometo que ta leve daqui a llll dias u quiseres.
- Pois fará-lo assi? disse o demo.
E el lho prometeu lealmente, e o demo o guiou **logo, que** o pôs em casa de seu padre. (13DSG, p.55) [... e o demo o guiou logo, quando o pôs na casa de seu pai]

Com o respaldo de MAGNE (1944:323), sugiro que, em (18), a partícula *que* é um pronome relativo equivalente a *quando*, e está encabeçando uma sentença temporal: “e o demo o guiou logo, quando o pôs na casa de seu pai”. Segundo MAGNE, o pronome relativo *que*, quando acompanhado de nomes ou de advérbios de tempo, equivalia a “em que” ou “quando”. Se essa interpretação está correta, a subordinada temporal introduzida por *que* em (18) qualifica de alguma forma a relação de posterioridade estabelecida pelo antecedente da oração núcleo, o advérbio *logo*: “logo quando? Quando o pôs em casa de seu pai”. Nesse sentido, a mudança teria sido efetivada, com a perda da fronteira entre os constituintes, ou seja, pela reanálise do período, que fez com que *logo* e *que* deixassem de ser entendidos composicionalmente, conforme mostram as representações abaixo:

[e o demo o guiou logo] [que o pôs na casa de seu pai]
[e o demo o guiou] [logo que o pôs na casa de seu pai]

Essa explicação se conforma, portanto, com a afirmação de SILVA (2001:115-16) de que o elemento mórfico *que* presente nas locuções conjuntivas que se formaram no português, bem como em outras línguas românicas, é conector de subordinação circunstancial.

Os dados do português contemporâneo revelam que a perífrase *logo que* pode assumir outras acepções de sentido, a depender de correlatos formais como ordem e tempo/modo verbais. Assim, a anteposição combinada com o uso de verbos no passado, conforme (19), favorece uma leitura de causa, além

daquela de tempo. Por outro lado, a anteposição combinada com verbos no futuro, conforme (20), permite a inferência de condição, além daquela de tempo. Já a posposição de *logo que* está correlacionada ao modo subjuntivo, conforme exemplo (21), veiculando mais propriamente um sentido de tempo e predição. Nesse terceiro caso, diferentemente dos anteriores, as orações subordinada e núcleo estão reunidas sob o mesmo contorno entoacional.

- (19) Animado por estas razões, **logo que** tive conhecimento do que se passara na Comissão Financeira, procurei o representante dos Estados Unidos (20EP, p.10)
- (20) **Logo que** a Comissão de Reparações tiver reunido os esclarecimentos necessários e se achar em condições de resolver, anunciará publicamente (20EP, p.21)
- (21) Há muitas mais cousas que lhe queria dizer mas não tenho tempo. Até à vista. Avise **logo que** chegue a Lisboa. (19CAH, p29)

Em suma, o português arcaico conheceu um uso mais referencial de *logo*, o advérbio dêitico, e um uso que participava da construção textual, o advérbio fórico. Para a constituição de *logo que* houve cristalização do fórico temporal *logo* com a partícula multifuncional *que*: há indícios de que a circunstância de tempo expressa por *logo* na oração principal remete cataforicamente ao conteúdo da oração subsequente, que é encabeçada por um *que*, que é pronome relativo circunstancial. A mudança teria se efetivado a partir da reorganização sintática dos elementos, que deu lugar a uma perífrase conjuncional especializada em sinalizar sucessão temporal e, mais tarde, causa, condição e predição.

3.3 A perífrase *já que*

3.3.1 Funcionamento

A perífrase causal *já que* é exemplificada em (22). A noção de “causa” é tratada aqui, à maneira de NEVES (2000:815), em sentido lato, o qual abrange razão, motivo, justificativa e explicação.

- (22) A responsabilidade do arqueólogo como diretor de escavação pode ser delegada a alguém que esteja presente no trabalho, **já que** o arqueólogo não vive, obrigatoriamente, na região escavada.

Além de ligar orações, em nível sintático, a perífrase *já que* desempenha um papel importante na construção dos sentidos, pois se comporta como um operador argumentativo (KOCH,1987). Nessa qualidade, *já que* pode realizar duas manobras argumentativas diferentes, dependendo de sua posição na sentença. Na posposição, representada por “P, *já que* Q”, os segmentos P e Q são dois atos enunciativos proferidos sucessivamente. P é passível de contestação

e sua verdade só é legitimada depois da enunciação de *Q* que, em geral, traz um conteúdo cuja responsabilidade não é propriamente do falante, mas é atribuída ao destinatário, a um grupo de pessoas ou até mesmo à opinião pública, fato que confere à construção um caráter polifônico. Contudo, se a ordem for invertida, conforme a estrutura "*já que Q, P*", a interpretação muda. O enunciado iniciado por *já que* traz, como sendo informação pressuposta, a causa ou motivo do enunciado subsequente *P*.

3.3.2 A história de *já que*

Segundo ERNOUT e MEILLET (1951:542-3), o advérbio temporal *já* é proveniente do advérbio temporal latino *iam*, que era empregado freqüentemente para sinalizar presente e futuro, nos sentidos de "de hoje em diante", "desde agora" e "logo", mas, em menor escala, era empregado também para falar do passado, no sentido de "antes". Segundo os autores, *já* em latim, quando acrescido de um imperativo, *iam* exprimia pressa ou impaciência e, uma vez duplicado, exprimia a instantaneidade da ação.

Nos dados do português arcaico, o advérbio temporal *já* apresenta dois usos diferentes. Em um deles, *já* indica um momento passado, acabado, e se compatibiliza com verbos no pretérito, conforme exemplo (23), em que *já* reforça a perfectividade do verbo. No outro uso temporal, *já* indica um momento presente e se compatibiliza com verbos no presente, conforme (24). Nesse segundo caso, além de indicar período atual, *já* carrega uma informação pressuposta que configura mudança de estado.

(23) (...) aque-vos vem Erec u? pouco depôs aquela hora, assi triste e lasso como vos **já** disse. (13DSG, p.43) [Eis que veio Erec um pouco depois daquela hora, tão triste e cansado como já vos disse]

(24) Vosso chorar nom vos val rem. Êsto é **já** cousa passada. (13DSG, p.5) [Vosso chorar não vale nada. Isto já é coisa passada]

Ainda no período arcaico, há uma ocorrência na qual, em acréscimo à noção de tempo, *já* permite uma leitura de causa, em função do contexto em que é usado:

(25) E quanto esto souberom em terra de Judea, fezerom gram planto por Jonatas, cuidando que era morto. E os gentijs, que moravam a rredor de Judea, disserom: **já** os Judeus nom ham princepe, teremo-los do mundo. E ajuntou Triphom sua hoste përa vijm a terra de Judea para a destróir (14BMP, p.406) [E os gentis, que moravam ao redor da Judéia, disserom: como/agora que os Judeus não têm príncipe, teremo-los do mundo].

Em (25), *já* pode ser interpretado alternativamente como temporal ("agora que os judeus não têm príncipe") e como causal ("como os judeus não têm príncipe"). A polissemia tempo/causa é bastante atestada nos trabalhos em

gramaticalização. TRAUGOTT e KÖNIG (1991), por exemplo, defendem que os falantes tendem a atribuir um significado causal a eventos que se sucedem no tempo, no sentido de que um evento anterior é reinterpretado com a causa de um evento posterior.

Somente nos dados dos séculos XVI e XVII é que verifiquei as primeiras ocorrências da perífrase conjuncional causal *já que*. Em todas elas, *já que* sempre aparece anteposto, veiculando informação pressuposta, conforme o exemplo (26).

- (26) E depois de auer já noue dias que aquy estávamos, nos fomos despindir della, & beijandolhe a mão nos disse: certo que me pesa de vos yrdes tão cedo, mas **já que** he forçado ser assi, ydeuos muyto embora. (17P, p.5) [... mas já que é forçado ser assim, ide-vos muito em boa hora]

Conclusão

À luz dos pressupostos da gramaticalização, que enfocam principalmente as alterações semânticas que acompanham a formação de conjunções, busquei, em dados históricos do português, pistas que pudessem desvendar os processos de derivação histórica, por meio dos quais, advérbios, originalmente temporais, se combinaram com a partícula *que*.

A investigação foi mais produtiva para as perífrases *ainda que* e *logo que*. Nos dois casos, os dados sugerem que não só a semântica desses advérbios contribuiu para a constituição das perífrases, mas também, e fundamentalmente, o valor da partícula *que*, que já sinalizava concessão e tempo. A emergência de *ainda que* foi claramente favorecida pelos contextos de co-ocorrência de eventos incompatíveis, nos quais o elemento *ainda* funcionava como elemento de ênfase, ao passo que, no caso de *logo*, a foricidade do advérbio é que contribuiu mais decisivamente. A emergência de *já que*, por seu lado, evidenciou a correlação entre as categorias tempo e causa (HEINE *et. al.*, 1991)

Abstract

This paper focuses on the historical process of three adverbial conjunctive periphrasis – *ainda que*, *logo que* and *já que*, in order to examine semantic changes and to capture contexts giving support to these changes.

Keywords: Grammaticalization; Conjunctive periphrasis; History; (Inter)subjectification

Notas

¹ A multifuncionalidade de *que* no português (integrante, temporal, final, causal, comparativa, consecutiva, concessiva) é, como explica CÂMARA JR. (1975), consequência direta de sua etimologia. Segundo ele, *que* resultou de "um esvaziamento da significação pronominal da forma neutra *quid* do pronome

indefinido-interrogativo e sua coalescência com a outra forma neutra *quod*, reservada ao pronome relativo. Secundariamente, houve a convergência da evolução fonética da partícula de conexão comparativa *quam* e da conjunção causal *quod*.

- ² Segundo DUCROT (1981), a polifonia tem lugar quando o locutor “traz” para seu ato de enunciação um ou mais enunciadores, que podem ou não se identificar com ele. Ou seja, um enunciado é polifônico quando a partir dele é possível reconhecer a presença de enunciadores (interlocutores, terceiros, opinião pública), que freqüentemente se manifestam de pontos de vista diferentes.

Referências Bibliográficas

- ALI, M. S. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BARRETO, T. *Gramaticalização das conjunções na história do português*. Universidade Federal da Bahia. Tese de Doutorado, 1999.
- BUENO, F. S. *A formação histórica da língua portuguesa*. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 1967.
- _____. *Grande dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 1968.
- BYBEE, J., PERKINS, R., PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Chicago/ London: The University of Chicago Press, 1994.
- BYBEE, J. Cognitive processes in grammaticalization (inédito).
- CÂMARA JR, J. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1975.
- CAMPBELL, L.; JANDA, R. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, nº 23:93-112, 2001.
- CUNHA, C. *Dicionário etimológico da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- COUTINHO, I. L. *Pontos de gramática histórica*. 6.ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.
- DUCROT, O. *Provar e dizer*. São Paulo: Global Editora, 1981.
- ERNOUT A., MEILLET A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. 3.ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1951.
- ERNOUT, A., THOMAS, F. *Syntaxe latine*. 2.ed. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1972.
- FERREIRA, A.G. *Dicionário latim-português*. Lisboa: Porto Editora, 1983.
- HASPELMATH, M. *On directionality in language change with particular reference to grammaticalization*. (1a. versão, mimeo, 2002)
- HEINE, B., REH, M. *Grammaticalization and reanalysis in African Languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.
- HEINE et al. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, P., TRAUOGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

- KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1987.
- LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization: A programmatic Sketch*. Vol.1 Köln: Universität zu Köln. Institut für Sprachwissenschaft, 1982.
- LONGHIN-THOMAZI, S. A perífrase conjuncional "só que": invariância e variantes. *Alfa*, v.47, nº 2, p.139-152, 20030.
- _____. A gramaticalização da perífrase conjuncional "só que". *Estudos Lingüísticos*, v.33, p. 232-237 , 2004.
- MAGNE, A. *A demanda do Santo Graal: glossário*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- _____. *Dicionário etimológico da língua latina*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1952.
- MAURER, T. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1948 [1912].
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- _____. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- PAUL, H. *Prinzipien der sprachgeschichte*. Tradução de Maria Luiza Schemann: *Princípios Fundamentais da História da Língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1886.
- SILVA, R. V. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- SWEETSER, E. *From Etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings: some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization. In: LEHMMAN, W., MALKIEL, Y. (eds) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam, John Benjamins, pp.245-271, 1982.
- _____. From subjectification to intersubjectification. Paper presented at the Workshop on Historical Linguistics, Vancouver, Canadá, 1999. Disponível em: <http://www.stanford.edu/~traugott/traugott.html>. Acesso em: 20/02/2004.
- TRAUGOTT, E., KÖNIG, "The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited".
TRAUGOTT, E., HEINE, B. (eds) *Approaches to grammaticalization*. Vol. 1. John Benjamins Publishing Company, p.189-218, 1991.
- VASCONCELLOS, L. *Lições de filologia portuguesa*. 3.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.